



Análise das Propostas - Brasil Resiliente

Planos de Governo dos Presidenciáveis
Lula, Flávio Bolsonaro e Augusto Cury.



BRASIL
RESILIENTE

A Coalizão Brasil Resiliente expressa seu sincero agradecimento à **Plataforma Cipó, ao Greenpeace Brasil, ao Observatório do Clima e ao GFLAC (Grupo de Financiamento Climático para América Latina e o Caribe)** pelo apoio, colaboração e compromisso ao longo da construção deste processo. A contribuição das organizações foi fundamental para o desenvolvimento desta análise, por meio do compartilhamento de conhecimentos, perspectivas e contribuições técnicas, bem como para a realização do webinar de apresentação e discussão dos resultados. Registramos nosso reconhecimento pela disposição ao diálogo, pela cooperação entre as organizações da sociedade civil e pelo compromisso conjunto com a construção de uma agenda climática, ambiental e de desenvolvimento sustentável para o Brasil.



Análise das Propostas - Brasil Resiliente

Planos de Governo dos Presidenciais Lula, Flávio Bolsonaro e Augusto Cury.

1. Introdução

As eleições gerais de 2026 representam um momento relevante para discutir os caminhos que o Brasil poderá seguir na agenda de clima, biodiversidade, desenvolvimento sustentável e justiça socioambiental. O primeiro turno está previsto para 4 de outubro de 2026, quando serão escolhidos, entre outros cargos, o presidente e o vice-presidente da República. Nesse contexto, o Brasil Resiliente (BRR) propõe uma análise das propostas apresentadas pelas candidaturas à Presidência da República a partir de dez compromissos considerados fundamentais para uma agenda de transformação socioambiental no país. Este documento sistematiza os resultados dessa análise, identificando a presença e o nível de desenvolvimento das propostas relacionadas a cada compromisso do Decálogo e apresentando, posteriormente, sua representação por meio da semaforização e do Termômetro de Alinhamento ao Decálogo.

1.1. O Brasil Resiliente e o contexto da análise

O **Brasil Resiliente (BRR)** é uma iniciativa liderada pelo Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC), criada para articular organizações da sociedade civil em torno da incorporação das agendas climática, ambiental e de desenvolvimento sustentável nos processos estratégicos de formulação e implementação de políticas públicas. Inspirada na experiência do **México Resiliente** e adaptada ao contexto brasileiro, a iniciativa busca contribuir para que os compromissos assumidos pelo Brasil nas agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável sejam traduzidos em políticas públicas e ações concretas, fortalecendo uma agenda de Estado que ultrapasse o ciclo eleitoral.

Como primeira atividade, o Brasil Resiliente elaborou um **Decálogo de dez compromissos prioritários**, construído de forma participativa pelas organizações integrantes da iniciativa. O documento reúne temas considerados estratégicos e inegociáveis para orientar o próximo ciclo de governo, abrangendo: **1) transição justa e empregos verdes; 2) energia limpa e renovável; 3) desmatamento zero e proteção dos biomas; 4) agricultura de baixo carbono e segurança alimentar; 5) defesa dos povos indígenas, quilombolas e defensores do território; 6) segurança hídrica; 7) proteção das águas; 8) conservação da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade; 9) cidades resilientes e adaptação; e 10) financiamento climático justo e transparente.**

A partir desse marco comum, o Brasil Resiliente realiza uma análise das propostas das candidaturas à Presidência da República, buscando identificar em que medida os programas respondem às prioridades estabelecidas pela sociedade civil. A avaliação foi concebida para ser independente, transparente, tecnicamente fundamentada e comparável entre candidaturas, sem constituir apoio ou oposição a qualquer candidato.



1.2. Objetivo e escopo do documento

Este documento tem como objetivo **apresentar e sistematizar os resultados da análise das propostas das candidaturas à Presidência da República à luz dos dez compromissos do Decálogo do Brasil Resiliente**. A análise busca identificar quais temas estão presentes nos programas, como são abordados e qual é o grau de alinhamento dessas propostas com as prioridades definidas pelo Decálogo. Os dez compromissos foram definidos também como referências para orientar políticas e ações capazes de promover o cumprimento dos compromissos internacionais de clima assumidos pelo Brasil, especialmente as ações previstas em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e os objetivos estabelecidos no Acordo de Paris, e, ao mesmo tempo, fortalecer a implementação das políticas e instrumentos nacionais, como o Plano Clima.

O escopo da análise compreende os **dez eixos temáticos do Decálogo**, avaliados individualmente para cada candidatura. Para cada compromisso, são identificadas as propostas relacionadas ao tema. Posteriormente, essas evidências são analisadas a partir de critérios comuns e traduzidas em uma classificação através de um semáforo, permitindo visualizar tanto as especificidades de cada candidatura quanto os pontos de convergência e as principais lacunas em relação à agenda proposta pelo Brasil Resiliente.

A análise não pretende estabelecer uma classificação eleitoral entre os candidatos. Tampouco constitui uma previsão sobre a futura implementação das propostas. Seu propósito é oferecer **uma ferramenta técnica de informação, comparação e incidência**, que permita às organizações da sociedade civil, especialistas, imprensa, academia, gestores públicos e sociedade em geral compreenderem como as diferentes candidaturas incorporam as prioridades climáticas, ambientais e de desenvolvimento sustentável estabelecidas no Decálogo. Essa delimitação é consistente com a metodologia do BRR, que estabelece que os resultados representam o grau de alinhamento das propostas com os compromissos definidos por atores da sociedade civil.

1.3. Como foi realizada a análise

A análise foi realizada a partir de informações públicas contidas nos programas de governo dos candidatos. Foram selecionados para avaliação os candidatos que atenderam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

- **Candidatura deferida pelo TSE:** ter a candidatura aprovada (deferida) pelo Tribunal Superior Eleitoral, estando apto a concorrer ao cargo de Presidente da República.
- **Intenção de voto mínima nas pesquisas eleitorais:** ter alcançado, em ao menos uma das principais pesquisas eleitorais estimuladas, divulgadas entre 14 de agosto (início oficial da campanha eleitoral) e 14 de setembro, um patamar mínimo de 10% das intenções de voto em pesquisas estimuladas, quando é apresentada uma lista com os candidatos (Pesquisas analisadas: Quaest; AtlasIntel; Vox Brasil; Nexus/BTG Pactual; DataFolha; Veritá).

Portanto, com base nos critérios definidos, foram selecionados os programas de Governo de **Lula (PT)**, **Flávio Bolsonaro (PL)** e **de Augusto Cury (Avante)** para análise. Em uma primeira etapa, foram identificadas e sistematizadas as propostas relacionadas a cada um dos dez compromissos

do Decálogo, registrando-se também a área ou as áreas de governo às quais cada proposta está vinculada. Essa etapa permite observar tanto se determinado tema é mencionado como em que contexto ele aparece dentro das estratégias apresentadas pelas candidaturas, e se possui caráter transversal entre diferentes áreas de política pública.

Em uma segunda etapa, as evidências identificadas foram avaliadas a partir de seis critérios metodológicos: **C1) Presença da proposta; C2) Consistência técnica; C3) Nível de detalhamento; C4) Ambição; C5) Transversalidade e C6) Viabilidade institucional.** Esses critérios permitem diferenciar uma simples menção a determinado tema de uma proposta estruturada, com objetivos, instrumentos e mecanismos de implementação. Cada critério foi pontuado em uma escala de três pontos, sendo 0 quando o programa não atende ao critério, 1 quando o atende parcialmente e 2 quando o atende integralmente, de modo que cada par compromisso × candidatura pode somar no máximo 12 pontos.

A soma dos seis critérios foi convertida em uma classificação por semaforização, em cinco níveis: de 0 a 2 pontos, baixo alinhamento; de 3 a 5, médio-baixo; de 6 a 8, médio; de 9 a 10, médio-alto; e de 11 a 12, alto alinhamento. Cada classificação é acompanhada da decomposição da pontuação por critério, de uma justificativa técnica e das evidências documentais que a sustentam, o que permite auditar célula a célula onde a proposta atende, atende em parte ou não atende. A semaforização sintetiza o resultado de cada compromisso, enquanto o Termômetro de Alinhamento ao Decálogo apresenta de forma agregada o desempenho de cada candidatura nos dez temas analisados.

Adiciona-se ainda que a construção do processo de avaliação buscou assegurar transparência, rastreabilidade e possibilidade de verificação independente dos resultados. O Decálogo foi elaborado a partir das demandas levantadas no âmbito da coalizão Brasil Resiliente, posteriormente revisadas e validadas pelas organizações da sociedade civil envolvidas. Da mesma forma, os critérios utilizados para avaliar o grau de alinhamento das candidaturas foram definidos coletivamente, estabelecendo parâmetros comuns para a aplicação dos diferentes níveis de classificação.

A análise foi realizada por três integrantes da equipe técnica do BRR e posteriormente revisada por outros três profissionais, que puderam propor ajustes e aprimoramentos. Ao longo do processo, foram realizadas discussões e reuniões entre os analistas para harmonizar a interpretação dos critérios e definir parâmetros comuns para cada nível de classificação e cada resultado da semaforização. Nos casos de dúvida ou divergência quanto às notas atribuídas, os resultados foram discutidos coletivamente, buscando-se alcançar uma compreensão comum tanto entre os responsáveis pela análise quanto entre estes e os revisores. Embora não tenha sido aplicado um teste estatístico formal de concordância entre avaliadores independentes, o processo contou com revisão cruzada, discussão técnica e mecanismos de consenso.



2. Identificação das propostas por compromisso

Esta seção corresponde à primeira etapa da análise descrita no item 1.3: a identificação, para cada uma das candidaturas, das propostas relacionadas a cada um dos dez compromissos do Decálogo e das áreas de governo às quais essas propostas estão vinculadas. O objetivo desta seção é registrar onde e como o tema aparece dentro da arquitetura de cada programa, sem ainda avaliar a qualidade das medidas, permitindo observar se ele ocupa um capítulo próprio, se aparece de forma dispersa em outras áreas de política pública ou se está ausente.

A identificação a seguir foi construída a partir de citações literais dos programas de governo registrados pelas três candidaturas: o Programa de Governo de Lula (PT); o Plano de Governo 2027-2030 de Flávio Bolsonaro (PL); e o plano “Brasil dos Nossos Sonhos”, de Augusto Cury (Avante).

Tabela 1: Evidências documentais (citações literais)

Compromisso Decálogo (BRR)	Lula (PT)	Flávio Bolsonaro (PL)	Augusto Cury (AVANTE)
1. Transição justa e empregos verdes	“Continuaremos a transição justa para uma economia de baixo carbono com distribuição de renda e a justiça social, provando que desenvolvimento produtivo e responsabilidade ambiental caminham juntos.” (cap. 8) “Criamos a Política Nacional de Transição Energética (PNTE) para orientar a transformação da matriz energética rumo a uma estrutura que combine oferta estável, redução de emissões e desenvolvimento econômico e socioambiental.” (cap. 10)	“nossa meta para 2030 é posicionar o Brasil entre os principais destinos mundiais de investimento em transição energética, tendo os biocombustíveis, a energia solar, a eólica e o hidrogênio verde como alavancas e a diplomacia como instrumento permanente.” (Brasil no mundo) “Assim o país deixa de apenas extrair e exportar matéria bruta e passa a agregar valor aqui dentro, o que significa emprego qualificado e renda que fica no Brasil. Vamos ajudar o mundo a fazer a transição energética.” (Minerais críticos)	“5. INDUSTRIALIZAÇÃO DA ENERGIA — Não apenas gerar, mas transformar: Fábricas de equipamentos solares e eólicos; Cadeia produtiva nacional; Centros de inovação energética.” (Projeto 15 – PENER-BR) “10. ECONOMIA VERDE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA — a) Liderança mundial em energia renovável [...] transformando o país em referência internacional em sustentabilidade e segurança energética.” (Principais Teses) “criando centenas de milhares de microempreendedores num tempo em que a inteligência artificial e a



	“A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), criada neste governo, trouxe critérios transparentes e cientificamente fundamentados para sustentabilidade climática e ambiental, além de critérios mensuráveis para agenda social e redução de desigualdades.” (cap. 8) “Vamos buscar estimular ocupações sociais, criando oportunidades de trabalho em atividades de interesse coletivo, socialmente úteis como conservação ambiental, cultura, preservação do patrimônio, esporte e economia do cuidado.” (cap. 12) “Buscaremos também implementar políticas públicas para relação virtuosa entre tecnologia, inovação e trabalho e proteção a categorias afetadas com requalificação e inserção ocupacional.” (cap. 12) LACUNA: a transição justa é afirmada como diretriz, mas não há meta de criação de empregos verdes. As	“o beneficiário de programa social terá prioridade em todas as ações do Estado voltadas ao trabalho: prioridade nos programas de primeiro emprego, nas ações de qualificação profissional e na intermediação de mão de obra.” (Brasil que Prospera) Seção “O trabalhador em primeiro lugar, não o sindicato” (Brasil que Prospera, p. 44) – posicionamento contrário à mediação sindical, sem previsão de participação de trabalhadores na governança da transição. LACUNA: as expressões “transição justa”, “empregos verdes”, “requalificação” e “economia circular” não ocorrem no documento; não há proteção social nem requalificação dirigida a trabalhadores de setores intensivos em carbono.	robótica pressionarão fortemente o mercado de trabalho.” (Projeto 6 – Brasil Oásis) “8.4 GERAÇÃO DE RENDA COMO PROTEÇÃO AMBIENTAL — Transformar a população local em guardião da floresta. Incentivar economicamente a preservação.” (Projeto 17 – Floresta Viva) LACUNA: o programa trata a transição energética como oportunidade industrial, mas não apresenta proteção social, requalificação ou participação de trabalhadores de setores intensivos em carbono. As expressões “transição justa”, “empregos verdes” e “economia circular” não ocorrem no documento.
--	--	--	---



	expressões "empregos verdes" e "economia circular" não ocorrem no documento.		
2. Energia limpa e renovável	“O avanço foi liderado pelas fontes renováveis, que responderam por 80% da nova capacidade instalada, consolidando a posição do Brasil como uma das economias mais limpas do mundo, com 89% de participação de fontes renováveis na matriz elétrica.” (cap. 10) “Daremos sequência à estratégia de incrementar a participação de fontes renováveis, ampliar os investimentos em armazenamento e flexibilidade do sistema elétrico, e acelerar a substituição progressiva de combustíveis fósseis por biocombustíveis e combustíveis de baixa intensidade de carbono.” (cap. 10) CONTRAPONTO: “Entendemos que a Petrobras continuará ampliando investimentos em exploração onshore e offshore, para recuperar participação no controle de	“O Programa Nacional de Segurança Energética deverá ter foco em refino, processamento, escoamento e transporte de combustíveis e gás, permitir a exploração do gás não convencional (fracking) com responsabilidade ambiental e cumprindo a lei.” (Energia) “Na energia elétrica, vamos simplificar a conta de luz, racionalizando encargos e subsídios cruzados, e promover a redução gradual da CDE e das fontes incentivadas, mantida a tarifa social.” (Energia) “Vamos apoiar a expansão da rede de escoamento e transporte de gás conforme a demanda [...] para integrar à malha os estados hoje desconectados e baratear a energia da indústria e da família.” (Energia) “vamos transformar o Brasil em potência de biocombustíveis: etanol, biodiesel, HVO,	“Meta: 90% da matriz energética limpa até 2040.” (Projeto 15 – PENER-BR, item 4) “Meta: ser TOP 3 global em exportação de hidrogênio até 2035.” (Projeto 15 – PENER-BR, item 2) “Criar o maior banco de dados energético do hemisfério sul, por meio de uma plataforma nacional com Inteligência Artificial para mapear o potencial em tempo real: Energia solar [...] Energia eólica onshore/offshore [...] Energia marítima (ondas e marés – litoral brasileiro) [...] Hidrogênio verde.” (Projeto 15) “Ampliaremos investimentos em energia solar, eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e outras fontes renováveis, transformando o país em referência internacional em sustentabilidade e segurança energética.” (Tese 10a)



	reservas nacionais, e deverá expandir investimentos em revitalização de campos maduros.” (cap. 10) CONTRAPONTO: “No final de 2025 o país alcançou o recorde de 4.897 milhões de barris de óleo equivalente por dia e os investimentos da Petrobras cresceram 79% no triênio 2023–2025.” (cap. 10) “continuaremos fomentando a descarbonização do transporte público coletivo com eletrificação de frotas de ônibus e a expansão de trens e metrô.” (cap. 10)	SAF e biogás [...] Vamos fortalecer e ampliar o Programa Renovabio para o exterior.” (Energia) “Os bancos públicos priorizarão o financiamento de linhas de metrô, transporte sobre trilhos e ônibus movidos a eletricidade e biocombustíveis.” (Mobilidade urbana)	LACUNA: nenhuma menção a petróleo, gás, combustíveis fósseis, subsídios fósseis ou novas fronteiras de exploração no capítulo energético.
3. Desmatamento zero e proteção dos biomas	“No próximo mandato, continuaremos trabalhando para alcançar o desmatamento líquido zero até 2030, meta que reafirmamos.” (cap. 11) “Vamos avançar na destinação das terras públicas para unidades de conservação, territórios indígenas e quilombolas ou assentamentos, e reforçar a	“Teremos a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2029, retomando e levando até o fim o compromisso que já assumimos no Governo Bolsonaro perante o mundo.” (Meio ambiente) “O Brasil protegerá todos os seus biomas, respeitando as diferenças ambientais, sociais e econômicas de cada um.” (Meio ambiente)	“1. DETECÇÃO PRECOCE COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL — Sistema nacional de monitoramento com: Satélites + IA para identificar focos de calor em estágio inicial; Modelos preditivos (clima, vento, umidade, histórico) para antecipar risco; Sala de comando integrada 24/7 (Federal + Estados).” (Projeto 17) “8.5 META SOCIAL E AMBIENTAL — Resgatar milhões de brasileiros de condições



	regularização fundiária.” (cap. 11) “Seguiremos fortalecendo e aprimorando as ações de fiscalização. [...] Vamos expandir monitoramento satelital e uso de inteligência artificial no combate a crimes ambientais.” (cap. 11) “Incorporamos mais 308 mil hectares às unidades de conservação. Há 3,4 milhões de hectares em processo de restauração florestal.” (cap. 11) “O combate à mineração ilegal continuará sendo prioridade estratégica, com investigação financeira obrigatória em todas as ações de desarticulação de organizações criminosas.” (cap. 3) LACUNA: o plano cita Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga; não há menção nominal a Cerrado ou Pantanal nem metas de redução por bioma.	“O foco será identificar e combater a grilagem de terras, a ocupação ilegal de áreas públicas e os responsáveis pelo desmatamento ilegal, sem criar novas obrigações ou custos desnecessários para o produtor rural que atua dentro da lei.” (Meio ambiente) CONTRAPONTO: “Vamos eliminar superposições entre Ibama, Funai e ICMBio, dando eficiência à fiscalização, e exigir transparência de financiadores e de projetos das ONGs que recebem recursos internacionais e judicializam ações contra a União.” (Meio ambiente) “Se não decidir nem se manifestar dentro desse prazo, a licença deve ser concedida, porque a demora do Estado não pode ser um castigo para quem fez a sua parte.” (Segurança jurídica)	sub-humanas. Reduzir pressão sobre o desmatamento. [...] Redução drástica de incêndios florestais.” (Projeto 17) “6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL INTELIGENTE — Créditos ambientais auditados; Reflorestamento com rastreabilidade digital; Incentivos a empresas que neutralizam emissões.” (Projeto 17) CONTRAPONTO: “Estabeleceremos prazos máximos legais para o licenciamento ambiental, sanitário e de outorga de água, com procedimento digital integrado [...] e classificação por nível de risco.” (Tese 8a) LACUNA: nenhuma meta de redução do desmatamento; nenhuma menção a garimpo ilegal, grilagem, Cerrado, Pantanal ou Caatinga.
4. Agricultura de baixo carbono e segurança alimentar	“Reforçaremos ainda mais as linhas de crédito específicas para agroecologia, produção orgânica e	“Vamos consolidar o Cadastro Ambiental Rural e ampliar o pagamento por serviços ambientais para	“Incentivaremos também práticas sustentáveis de alto impacto, como a integração



	sociobiodiversidade, a inovação e a introdução de tecnologias e máquinas adaptadas.” (cap. 9) “O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) vai avançar ainda mais. Vamos ampliar o Programa Nacional de Florestas Produtivas e os sistemas agroflorestais. Vamos ampliar o fomento à produção nacional de bioinsumos para reduzir a dependência de fertilizantes químicos importados.” (cap. 9) “buscaremos implementar um programa nacional de resiliência climática no campo, ampliando as áreas irrigadas, promovendo a conservação dos solos, incentivando a agricultura de precisão e o plantio direto, além de modernizar ainda mais o monitoramento meteorológico e os sistemas de alerta precoce para os produtores.” (cap. 9) “Vamos dar sequência ao ousado programa	conservação e restauração, de modo que o produtor que preserva a vegetação nativa e recupera áreas degradadas seja reconhecido como parceiro da conservação, e não como suspeito.” (Agronegócio e Campo) “Vamos implementar as metas do combustível sustentável de aviação previstas em lei a partir de 2027, com coordenação permanente entre os ministérios da Agricultura e de Minas e Energia, e articular o Plano Safra com incentivos à produção de biomassa.” (Agronegócio e Campo) “Vamos apoiar a produção nacional de fertilizantes, aproveitando as reservas de minerais que o país possui, como o potássio e o fosfato.” (Agronegócio e Campo) CONTRAPONTO: “Na irrigação, vamos ampliar significativamente a área irrigada do país [...] simplificar as outorgas, cujo prazo médio hoje é de 24 meses, desenvolver polos de irrigação no Matopiba e	lavoura-pecuária-floresta (ILPF), garantindo que a tecnologia chegue e traga resultados para propriedades de todos os portes.” (Tese 8b) “Também incentivaremos programas permanentes de conservação do solo e dos recursos hídricos, bem como a recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo maior sustentabilidade, produtividade e resiliência da agropecuária brasileira.” (Tese 10e) “A incerteza climática é um dos maiores riscos para a produção nacional. Ampliaremos significativamente a cobertura do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), garantindo que o produtor tenha um antídoto contra eventos climáticos extremos.” (Tese 8h) CONTRAPONTO: “Safr de Gigantes - Frente de expansão da agricultura empresarial, irrigada e exportadora [...] e metas de dobrar a produção agropecuária em 8 a 10 anos.” (Projeto 6 – Brasil Oásis)
--	---	--	--



	de recuperação de pastagens degradadas [...] Aprimoraremos os instrumentos de fomento a sistemas produtivos integrados, como a Integração Lavoura-Pecuária-Flora (ILPF).” (cap. 9) “Já ampliamos para 45% o percentual da alimentação escolar a ser comprada da agricultura familiar. E elevamos para 80% a parcela da alimentação escolar composta por alimentos in natura ou minimamente processados.” (cap. 9) LACUNA: nenhuma menção a agrotóxicos em todo o documento; a redução da dependência de monoculturas de exportação não é objetivo declarado.	no semiárido nordestino.” (Agronegócio e Campo) LACUNA: nenhuma menção a agroecologia, agrotóxicos, sistemas agroflorestais, ILPF ou recuperação de pastagens degradadas.	“estimular a implantação de 100 grandes usinas de etanol de milho, capazes, em conjunto e quando plenamente implantadas, de processar mais de 100 milhões de toneladas de milho por ano.” (Projeto 8 – Agroindústria Brasil) LACUNA: nenhuma menção a agroecologia ou a redução do uso de agrotóxicos.
5. Defesa de povos indígenas, quilombolas e defensores do território	“A criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas retomou o compromisso do Estado com os povos indígenas. Homologamos 20 novas terras indígenas, somando cerca de 3,2 milhões de hectares de terras protegidas em 11 estados.” (cap. 2) “Persistiremos, garantindo proteção a	“Será conferida autonomia aos povos indígenas e quilombolas para decidir sobre atividades produtivas em suas terras, com respeito ao desenvolvimento sustentável e às regras ambientais, e com indenização de eventuais restrições ao usufruto e mecanismos de compensação, para que quem vive na terra	“8.1 DESENVOLVIMENTO DOS RIBEIRINHOS — Criação de microempresas locais: Bioeconomia (açaí, castanha, óleos naturais); Pesca sustentável; Artesanato e turismo ecológico; Capacitação técnica e empreendedora.” (Projeto 17 – Floresta Viva)



	seus territórios, com ações para demarcação e desintrusão de terras sempre que necessárias.” (cap. 2) “Temos orgulho da retomada do processo de titulação de territórios quilombolas, que permitiu, desde 2023, a expedição de 65 titulações e assinatura de 72 decretos de desapropriação por interesse social, recorde histórico.” (cap. 2) “é crítico acelerar a titulação dos territórios quilombola e a regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a reparação histórica.” (cap. 9) “Fortaleceremos políticas de prevenção e combate à violência no campo, assegurando a proteção de quem vive no campo e dos defensores dos direitos humanos e ambientais.” (cap. 9) LACUNA: o Acordo de Escazú não é mencionado; não há	possa dela tirar o próprio sustento.” (Segurança jurídica) “os povos indígenas e as comunidades quilombolas terão autonomia para decidir sobre as atividades produtivas em suas terras, e o morador da floresta, o ribeirinho e o extrativista serão tratados como parceiros do desenvolvimento, não como obstáculo.” (Desenvolvimento regional) CONTRAPONTO: “Vamos eliminar superposições entre Ibama, Funai e ICMBio, dando eficiência à fiscalização, e exigir transparência de financiadores e de projetos das ONGs que recebem recursos internacionais e judicializam ações contra a União.” (Meio ambiente) LACUNA: nenhuma menção a demarcação, titulação quilombola, defensores ambientais, Acordo de Escazú ou consulta prévia.	“8.4 GERAÇÃO DE RENDA COMO PROTEÇÃO AMBIENTAL — Transformar a população local em guardião da floresta. Incentivar economicamente a preservação.” (Projeto 17) “Proteger a floresta exige proteger as pessoas.” (Projeto 17, item 8) LACUNA: zero ocorrências dos termos 'indígena', 'indígenas' e 'quilombola' no documento; nenhuma menção a demarcação, defensores ambientais ou Acordo de Escazú.
--	---	---	---



	meta nem prazo para concluir as demarcações pendentes; o marco temporal não é tratado.		
6. Segurança hídrica	“O Novo PAC retomou os investimentos de segurança hídrica, investindo R\$ 15 bilhões em obras complementares da transposição do São Francisco e em 2.800 km de canais e adutoras, 2,2 milhões de m³ em novos reservatórios, recuperação de 162 barragens e construção de 172,4 mil cisternas.” (cap. 11) “Frente aos riscos associados às mudanças climáticas, vamos avançar nos investimentos para revitalizar as bacias hidrográficas e ampliar as infraestruturas para Segurança hídrica, garantindo água de qualidade para beber e produzir e proteção contra cheias e enchentes.” (cap. 11) “Ampliar a busca pela universalização do acesso à água potável e ampliar os investimentos em saneamento rural ecológico. Ampliaremos o	“Iremos concluir, iniciar, executar estruturas como o Ramal do Apodi, o Ramal do Salgado, a Adutora do Seridó, o Canal do Xingó, o Ramal do Piancó, os Canais do Sertão Baiano, Piauiense e Alagoano, o CAC e a duplicação do Eixão das Águas do Ceará.” (Segurança hídrica) “vamos ampliar a infraestrutura de prevenção a eventos climáticos extremos, com barragens de usos múltiplos, reservatórios de controle de cheias, diques, canais e obras de drenagem e macrodrenagem, além do fortalecimento do monitoramento, alerta e resposta da Defesa Civil.” (Segurança hídrica) “nós vamos garantir sua plena aplicação e acelerar as concessões e parcerias para universalizar o acesso à água tratada e ao esgoto, com atenção especial ao	“O novo modelo deve combinar barragens inteligentes, pequenos reservatórios, cisternas produtivas, armazenamento de água de chuva, perfuração criteriosa de poços, adutoras regionais, dessalinização onde couber, reuso de água e irrigação de precisão.” (Projeto 6 – Brasil Oásis) “A ANA informa que o país tem aproximadamente 10 milhões de hectares equipados para irrigação e potencial de chegar a 55 milhões de hectares, desde que a expansão ocorra com segurança hídrica, energia, armazenagem e governança.” (Projeto 6) “Israel mostrou ao mundo que a agricultura do futuro não depende apenas de mais água, mas de melhor gestão da água. O Brasil precisa tropicalizar essa lição para a escala continental do Semiárido.” (Projeto 6)



	Programa Cisternas em regiões com estresse hídrico, garantindo água para consumo e produção.” (cap. 9) “O governo deverá continuar estruturando mecanismos permanentes de financiamento climático para o Semiárido brasileiro, reconhecendo que adaptação climática, combate à desertificação e restauração ecológica constituem investimentos estratégicos.” (cap. 11) LACUNA: nenhuma proposta de controle do uso excessivo por grandes usuários nem de prioridade normativa ao consumo humano em escassez.	saneamento rural.” (Brasil que Prospera) CONTRAPONTO: “vamos ampliar significativamente a área irrigada do país, que hoje aproveita apenas uma fração do seu enorme potencial, simplificar as outorgas, cujo prazo médio hoje é de 24 meses.” (Agronegócio e Campo) LACUNA: nenhuma menção a bacias hidrográficas como unidade de gestão, a aquíferos, a comitês de bacia ou a prioridade do consumo humano.	“Fazer cumprir o Marco Legal do Saneamento Básico como prioridade nacional por representar uma das políticas públicas de maior impacto sobre a saúde, a qualidade de vida, a preservação ambiental.” (Tese 9d) CONTRAPONTO: “Estabeleceremos prazos máximos legais para o licenciamento ambiental, sanitário e de outorga de água.” (Tese 8a)
7. Proteção das águas: rios, oceanos e zonas costeiras	“No novo mandato, manteremos nosso compromisso com o fomento à pesca artesanal e à aquicultura familiar, com a implementação das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA).” (cap. 9)	“E rio limpo também depende de esgoto tratado: uma das maiores agendas ambientais da nossa história foi o Marco Legal do Saneamento, aprovado no governo Bolsonaro, cuja universalização vamos levar adiante.” (Meio ambiente) “Vamos trabalhar para destravar, sempre com	“Energia marítima (ondas e marés – litoral brasileiro)” (Projeto 15 – PENER-BR, item 1) “8.1 DESENVOLVIMENTO DOS RIBEIRINHOS — Criação de microempresas locais: [...] Pesca sustentável.” (Projeto 17 – Floresta Viva) “Energia marítima (tecnologia emergente)”



	“Fortaleceremos a promoção da proteção dos territórios pesqueiros, da sociobiodiversidade e dos modos de vida das comunidades das águas como dimensão estratégica do desenvolvimento nacional.” (cap. 9) “vamos avançar nos investimentos para revitalizar as bacias hidrográficas.” (cap. 11) “Protegeremos as fronteiras, a Amazônia e a Amazônia Azul. Fortaleceremos a vigilância territorial, a proteção dos recursos naturais e o combate ao crime organizado transnacional.” (cap. 13) LACUNA: zero menções a oceano, zona costeira, manguezal, recife, conservação marinha ou áreas marinhas protegidas.	responsabilidade ambiental, os projetos de infraestrutura fluvial que escoam a produção do país, como a Hidrovia do Tapajós, com planejamento e diálogo prévio com as comunidades locais.” (Logística e transporte) LACUNA: zero menções a oceano, zona costeira, conservação marinha, área marinha protegida, manguezal, recife, pesca ou comunidades pesqueiras.	(Projeto 15 – PENER-BR, item 4) LACUNA: nenhuma menção a zona costeira, conservação marinha, áreas marinhas protegidas, manguezais, recifes ou comunidades pesqueiras costeiras.
8. Proteção da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade	“Vamos seguir fortalecendo instrumentos e equipamentos que assegurem a preservação de nossa biodiversidade [...] Incentivaremos a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural	“E vamos consolidar o mercado regulado de carbono com segurança jurídica, posicionando o Brasil como fornecedor global de ativos ambientais, e impulsionar a bioeconomia, com biotecnologia, fármacos, cosméticos e	“c) Bioeconomia e inovação ambiental — Nossa biodiversidade constitui um patrimônio estratégico incomparável. Estimularemos pesquisas científicas, biotecnologia, bioindústria e novos produtos derivados da



	(RPPNs) e buscaremos avançar em uma política de valorização dos 75 parques nacionais.” (cap. 11) “Vamos aprimorar a implementação de programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltados à biodiversidade e reconhecer legalmente a restauração biocultural como estratégia de Estado, distinta e complementar à restauração florestal convencional.” (cap. 11) “A ampliação do PAA será mantida, priorizando a compra de alimentos frescos e diversificados da agricultura familiar e da sociobiodiversidade para equipamentos públicos e famílias vulneráveis.” (cap. 9) “defendemos seguir expandindo políticas públicas para estimular as atividades industriais, farmacêuticas, alimentares, da construção civil e da cosmética derivadas da biodiversidade [...] O Fundo Amazônia	novos materiais a partir da biodiversidade.” (Meio ambiente) “Vamos criar mecanismos de incentivo econômico à preservação, ampliando o pagamento por serviços ambientais e desenvolvendo instrumentos capazes de remunerar produtores, comunidades e proprietários rurais que conservam a vegetação nativa, recuperam áreas degradadas e protegem os recursos hídricos.” (Meio ambiente) “vamos ampliar as alternativas de renda a partir da floresta preservada, apoiando cadeias produtivas sustentáveis, manejo responsável, bioeconomia e agregação de valor aos produtos da biodiversidade.” (Meio ambiente) LACUNA: zero menções a 'unidades de conservação'; nenhuma menção a biopirataria, tráfico de animais ou repartição de benefícios do patrimônio genético.	biodiversidade brasileira, agregando valor econômico à conservação ambiental.” (Tese 10c) “8.3 BANCO EMPREENDEDOR AMAZÔNICO — Linha de crédito acessível para pequenos empreendedores, cooperativas, negócios sustentáveis e microcrédito com orientação técnica.” (Projeto 17) “Instituiremos mecanismos claros de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), garantindo que o produtor rural que preserva a floresta e a vegetação nativa em sua propriedade seja financeiramente remunerado.” (Tese 10d) LACUNA: zero menções a 'unidades de conservação'; nenhuma menção a biopirataria, tráfico de animais, repartição de benefícios ou saberes tradicionais.
--	---	---	--



	seguirá garantindo recursos para projetos de desenvolvimento sustentável.” (cap. 8) LACUNA: biopirataria, tráfico de animais silvestres e repartição de benefícios do acesso ao patrimônio genético não são mencionados.		
9. Cidades resilientes e adaptação a eventos climáticos extremos	“Institucionalizaremos a adaptação climática como eixo permanente do planejamento público, assegurando continuidade e fortalecimento do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e estimulando a criação de planos estaduais e municipais de enfrentamento ao calor extremo.” (cap. 11) “Já voltamos a investir R\$ 25 bilhões, com o Novo PAC, em obras de contenção de encostas e drenagem urbana sustentável, priorizando áreas mapeadas e classificadas com risco alto ou muito alto em municípios com problemas recorrentes de deslizamentos e inundações. Vamos aperfeiçoar nossa capacidade de resposta e seguir	“Os bancos públicos priorizarão o financiamento de linhas de metrô, transporte sobre trilhos e ônibus movidos a eletricidade e biocombustíveis.” (Mobilidade urbana) “Vamos pensar o desenvolvimento das cidades para reduzir o deslocamento da população, com o transporte coletivo como base da mobilidade [...] valorizando os contratos que conciliam moradia e infraestrutura no mesmo projeto.” (Mobilidade urbana) “vamos ampliar a infraestrutura de prevenção a eventos climáticos extremos, com barragens de usos múltiplos, reservatórios de controle de cheias, diques, canais e obras de drenagem e	“Os projetos poderão envolver: Saneamento básico; Água potável; Drenagem; Pavimentação; Iluminação pública; Contenção de encostas; Prevenção de enchentes; Conectividade digital; Melhoria habitacional; Recuperação ambiental; Mobilidade e acessibilidade; Espaços comunitários.” (Projeto 5 – Comunidade 4.0) “e) Infraestrutura resiliente e sustentável — As novas obras públicas deverão ser planejadas para enfrentar eventos climáticos extremos, utilizando tecnologias modernas, materiais sustentáveis e soluções inteligentes de engenharia.” (Tese 9e) “11. MUNICÍPIOS INTELIGENTES — Cada cidade possuirá um Centro Integrado de



	aprimorando a Defesa Civil.” (cap. 7) “Queremos fomentar a adaptação climática por meio de infraestrutura verde, proteção de mananciais e ocupação resiliente do território.” (cap. 7) “O AdaptaCidades lançou estratégia para 581 cidades, alcançando mais de 50 milhões de pessoas.” (cap. 11) “A atual carteira [...] resultará em mais 233 km de metrô, trens e VLTs e outros 296 km de corredores exclusivos de ônibus no padrão BRT. Permitirá também renovar a frota de ônibus de 144 municípios, com a aquisição de 3.942 ônibus Euro 6, 203 ônibus elétricos e 39 veículos sobre trilhos.” (cap. 7) LACUNA: o racismo ambiental não é nomeado; territórios indígenas e regiões costeiras não figuram como recortes prioritários da adaptação urbana.	macro drenagem, além do fortalecimento do monitoramento, alerta e resposta da Defesa Civil.” (Segurança hídrica) LACUNA: o termo 'adaptação' não aparece no documento; não há política nacional de adaptação, soluções baseadas na natureza, recorte de vulnerabilidade ou menção a ondas de calor e racismo ambiental.	Segurança conectado ao sistema nacional. Isso permitirá resposta rápida para: Desastres naturais; Grandes acidentes.” (Projeto 18 – FATO) LACUNA: nenhuma política nacional de adaptação; nenhuma proposta de transformação da mobilidade urbana; nenhuma menção a soluções baseadas na natureza, ondas de calor, populações vulneráveis ou racismo ambiental.
10. Financiamento	“No financiamento climático, houve	“E vamos consolidar o mercado regulado de	“d) Mercado de carbono — O Brasil poderá



climático justo e transparente	grande mudança de escala. O Fundo Clima e o Eco Invest mobilizaram R\$ 179 bilhões desde 2023. [...] A esses se somam o Fundo Amazônia, a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que juntos contam com cerca de R\$ 350 bilhões.” (cap. 11) “Fizemos as primeiras emissões na história do país de títulos públicos vinculados a projetos sustentáveis, com relevante aderência internacional, tendo captado R\$ 27 bilhões. Lançamos o Eco Invest Brasil [...] com 4 leilões realizados e mais de R\$ 141 bilhões mobilizados.” (cap. 8) “Promovemos uma das principais reformas da política climática nacional ao instituir o mercado regulado de carbono, com a lei que criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).” (cap. 11) “Reforçamos a utilização no orçamento de marcadores que	carbono com segurança jurídica, posicionando o Brasil como fornecedor global de ativos ambientais.” (Meio ambiente) “Vamos fortalecer e ampliar o Programa Renovabio para o exterior, permitindo que o Brasil venda créditos de carbono ao mundo.” (Energia) “Vamos modernizar os marcos regulatórios e adotar um novo modelo de financiamento para toda a infraestrutura, com fundo lastreado na securitização de ativos e imóveis da União, uso intensivo de PPPs e concessões e financiamentos do BNDES exclusivamente para obras em território brasileiro.” (Logística e transporte) CONTRAPONTO: “promover a redução gradual da CDE e das fontes incentivadas, mantida a tarifa social.” (Energia) “Exigir transparência de financiadores e de projetos das ONGs que recebem recursos internacionais.” (Meio ambiente)	tornar-se protagonista mundial no mercado de créditos de carbono. Regulamentaremos esse setor com segurança jurídica, incentivando projetos de preservação ambiental, reflorestamento, agricultura regenerativa e tecnologias de baixa emissão de carbono.” (Tese 10d) “7. COMITÊS DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO — Integração com comitês anticorrupção: Monitoramento de recursos; Transparência total dos contratos; Participação da sociedade civil.” (Projeto 17 – Floresta Viva) “6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL INTELIGENTE — Créditos ambientais auditados; Reflorestamento com rastreabilidade digital.” (Projeto 17) “3. ATRAÇÃO DOS “GIGANTES DO CENTRO” (CAPITAL GLOBAL) — Atrair os maiores players mundiais: Fundos soberanos; Big Techs energéticas;
---------------------------------------	---	--	---



	permitem acompanhar gastos relacionados a cada uma das agendas transversais do PPA 2024-2027 (mulheres; meio ambiente; igualdade racial; povos indígenas; crianças e adolescentes).” (cap. 1) “O governo deverá continuar estruturando mecanismos permanentes de financiamento climático para o Semiárido brasileiro.” (cap. 11) LACUNA: não há compromisso de identificar e reduzir progressivamente os fluxos públicos que incentivam atividades intensivas em carbono, em tensão com a retomada dos investimentos em petróleo e gás.		Multinacionais de infraestrutura.” (Projeto 15 – PENER-BR) LACUNA: nenhum tratamento de orçamento público, incentivos fiscais, bancos de desenvolvimento, acesso de territórios vulneráveis ou crédito inclusivo com recorte de gênero, raça e etnia.
--	--	--	---

3. Análise dos Planos de Governo

A seção a seguir apresenta a **análise dos resultados da semaforização atribuída aos dez compromissos do Decálogo**. A partir das evidências identificadas na etapa anterior, cada par compromisso × candidatura foi pontuado nos seis critérios descritos no item 1.3 (presença, consistência técnica, nível de detalhamento, ambição, transversalidade e viabilidade institucional), e o total obtido, de 0 a 12 pontos, determinou a faixa de classificação. Os resultados são, então, interpretados de forma comparativa e sistematizados no **Termômetro de Alinhamento ao Decálogo**, que traduz visualmente a semaforização sem substituir a análise individual de cada compromisso.

3.1. Tabela de semaforização

A tabela a seguir sintetiza o resultado da aplicação dos seis critérios técnicos para cada compromisso × candidatura. Entre parênteses consta o total obtido, em uma escala de 0 a 12 pontos, que determina a faixa de semaforização. Cada célula expressa a distância entre a proposta apresentada e o parâmetro de referência do Decálogo, e não um juízo sobre a candidatura.

Tabela 2 — Semaforização por compromisso e candidatura

Compromisso do Decálogo (BRR)	Lula (PT)	Flávio Bolsonaro (PL)	Augusto Cury (AVANTE)
1 - Transição Justa e Empregos Verdes	●● Médio-Alto (10/12)	● Médio-Baixo (3/12)	● Médio-Baixo (5/12)
2 - Energia Limpa e Renovável	●● Médio-Alto (10/12)	● Médio-Baixo (4/12)	● Médio (7/12)
3 - Desmatamento Zero e Proteção dos Biomas	● Alto alinhamento (11/12)	● Médio (6/12)	● Médio-Baixo (4/12)
4 - Agricultura de Baixo Carbono e Segurança Alimentar	● Alto alinhamento (11/12)	● Médio-Baixo (5/12)	● Médio (8/12)
5 - Defesa de Povos Indígenas, Quilombolas e Defensores do Território	● Alto alinhamento (11/12)	● Baixo alinhamento (0/12)	● Baixo alinhamento (2/12)
6 - Segurança Hídrica	● Alto alinhamento (11/12)	● Médio (8/12)	●● Médio-Alto (9/12)
7 - Proteção das Águas: Rios, Oceanos e Zonas Costeiras	● Médio-Baixo (5/12)	● Baixo alinhamento (1/12)	● Baixo alinhamento (1/12)
8 - Proteção da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade	● Alto alinhamento (11/12)	● Médio-Baixo (4/12)	● Médio-Baixo (4/12)
9 - Cidades Resilientes e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos	● Alto alinhamento (12/12)	● Médio (7/12)	● Médio-Baixo (4/12)
10 - Financiamento Climático Justo e Transparente	●● Médio-Alto (10/12)	● Médio-Baixo (3/12)	● Médio-Baixo (5/12)

3.2. Análise técnica dos resultados

A leitura conjunta da tabela revela um quadro assimétrico. Das trinta classificações, seis alcançam alto alinhamento, quatro situam-se em médio-alto, cinco em médio, onze em médio-baixo e quatro em baixo alinhamento. Na soma dos dez compromissos, o programa de Lula (PT) reúne 102 dos 120 pontos possíveis, o de Augusto Cury (Avante) 49 e o de Flávio Bolsonaro (PL) 41. A

distância decorre principalmente da profundidade com que os temas são tratados, de modo que o que separa as candidaturas é a existência de metas verificáveis, de instrumentos de implementação e de governança capazes de executá-los.

3.2.1. Compromissos em que apenas uma candidatura alcança alto alinhamento

Os seis faróis verdes da tabela concentram-se na candidatura de Lula (PT): desmatamento zero e proteção dos biomas (3), agricultura de baixo carbono e segurança alimentar (4), defesa de povos indígenas, quilombolas e defensores do território (5), segurança hídrica (6), proteção da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade (8), cidades resilientes e adaptação (9). Nesses casos, são cumpridas todas as exigências que o parâmetro de referência exige: meta explícita, instrumento de execução e institucionalidade responsável.

No compromisso 3, cinco dos seis critérios são plenamente atendidos, com a ressalva para o critério de ambição, pois é considerado o conceito de desmatamento líquido zero, que admite compensação e não equivale a eliminar o desmatamento. O programa reafirma a meta de desmatamento líquido zero até 2030 e a associa a um conjunto completo de instrumentos como planos de controle e prevenção, Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, efetividade do Código Florestal e da Lei da Mata Atlântica, destinação de terras públicas, monitoramento satelital com inteligência artificial e rastreabilidade nas cadeias produtivas, com o combate ao garimpo e à grilagem tratado como prioridade estratégica articulada à segurança pública. A lacuna que permanece, sem afetar a pontuação, é a ausência de metas desagregadas por bioma: Cerrado e Pantanal não são citados nominalmente.

No compromisso 5, a candidatura soma 11 pontos e é a única a tratar o tema como política de Estado, com institucionalidade própria (o Ministério dos Povos Indígenas), resultados aferidos em demarcação e desintrusão, compromisso explícito de acelerar a titulação quilombola como reparação histórica e menção à proteção de defensores dos direitos humanos e ambientais. O único ponto perdido é a ambição: a continuidade está assegurada, mas não há prazo para concluir o estoque de processos pendentes, o Acordo de Escazú não é mencionado e a questão do marco temporal não é enfrentada.

No compromisso 9, a pontuação é máxima. A adaptação climática é institucionalizada como eixo permanente do planejamento público, com fortalecimento do Plano Nacional de Adaptação e protocolos de proteção à população afetada ou deslocada; o AdaptaCidades alcança 581 cidades e mais de 50 milhões de pessoas; a contenção de riscos tem escala e critério técnico, priorizando áreas classificadas como de risco alto e muito alto; as soluções baseadas na natureza estão presentes; e o foco em populações periféricas aparece no Periferia Viva. Como ressalva, o racismo ambiental não é nomeado e territórios indígenas e regiões costeiras não figuram como recortes prioritários.

Os demais compromissos com farol verde (4, 6 e 8) consistem de cinco critérios plenamente atendidos e um ponto perdido, todos no critério de ambição. Ou seja, o programa reúne presença, fundamentação técnica, detalhamento, transversalidade e capacidade institucional, mas deixa de fora as metas de redução de agrotóxicos no compromisso 4, controle sobre grandes usuários de água no 6 e repartição dos benefícios do patrimônio genético no 8.

3.2.2. Temas em que as três candidaturas convergem

O compromisso 6 - segurança hídrica, aquele em que as três candidaturas mais se aproximam: reúne a maior pontuação agregada de toda a análise, 28 dos 36 pontos possíveis, e é o único compromisso em que nenhuma delas fica abaixo da faixa média. A convergência, porém, é de conteúdo e não de classificação: o programa de Lula (PT) alcança alto alinhamento (11/12), o de Augusto Cury (Avante), médio-alto (9/12), e o de Flávio Bolsonaro (PL), médio (8/12). Os três apresentam investimentos significativos em infraestrutura hídrica: o Novo PAC e a revitalização de bacias no programa de Lula (PT); a lista nominal de ramais, adutoras e canais, somada a obras de macrodrenagem e ao fortalecimento da Defesa Civil, no de Flávio Bolsonaro (PL); e o arranjo de barragens inteligentes, cisternas produtivas, dessalinização, reúso e irrigação de precisão do Projeto Brasil Oásis, no de Augusto Cury (Avante). O que separa os três níveis está na decomposição da pontuação; o programa de Lula (PT) atende plenamente cinco dos seis critérios e perde ponto apenas em ambição; o de Augusto Cury (Avante) perde em nível de detalhamento, ambição e viabilidade institucional; e o de Flávio Bolsonaro (PL), em consistência técnica, ambição, transversalidade e viabilidade institucional (a lista nominal de obras assegura presença e detalhamento, mas não vem acompanhada de instrumentos de gestão, financiamento e monitoramento). A omissão, essa sim, é comum às três candidaturas e recai sobre o lado da demanda: nenhuma trata do controle efetivo do uso da água por grandes usuários nem da prioridade normativa ao consumo humano em situações de escassez, exigências centrais do parâmetro de referência do compromisso. Ao contrário, duas delas propõem simplificar ou fixar prazos máximos para a outorga de água, em paralelo à ampliação significativa da área irrigada. Há, portanto, ambição na ampliação da oferta e omissão na governança da demanda, razão pela qual nenhuma das três pontua integralmente no critério de ambição.

No compromisso 8 - proteção da biodiversidade e fortalecimento da sociobiodiversidade, a convergência é de enquadramento: as três candidaturas tratam a biodiversidade predominantemente como ativo econômico, por meio da bioeconomia e do pagamento por serviços ambientais, mas a distância entre elas é ampla. O programa de Lula (PT) alcança alto alinhamento (11/12), enquanto os de Flávio Bolsonaro (PL) e de Augusto Cury (Avante) ficam ambos em médio-baixo (4/12), somando 19 dos 36 pontos possíveis. O que distingue o programa de Lula (PT) é a presença adicional de política de unidades de conservação, de linhas de crédito e compras públicas voltadas à sociobiodiversidade e do reconhecimento legal da restauração biocultural, elementos ausentes nos demais. Cabe registrar que a expressão "unidades de conservação" não ocorre nos programas de Flávio Bolsonaro (PL) e de Augusto Cury (Avante), o que ajuda a explicar a pontuação apenas parcial de ambos no critério de presença; os dois recebem ainda nota zero em ambição, à qual se somam a viabilidade institucional, no caso de Flávio Bolsonaro (PL), e o nível de detalhamento, no de Augusto Cury (Avante). A omissão comum é a repartição justa dos benefícios do acesso ao patrimônio genético e aos saberes tradicionais, assim como o combate à biopirataria e ao tráfico de animais: exigências expressas do compromisso que não são tratadas em nenhum dos três programas e que, no caso de Lula (PT), respondem pelo único ponto perdido, no critério de ambição.

3.2.3. Compromissos em que nenhuma candidatura avança

O compromisso 7 - proteção das águas: rios, oceanos e zonas costeiras, é o de menor pontuação agregada de toda a análise: as três candidaturas somam 7 dos 36 pontos possíveis, e nenhuma ultrapassa a faixa médio-baixo. Os termos “oceano”, “zona costeira”, “manguezal” e “recife” não aparecem em nenhum dos três programas de governo. Não há, em qualquer deles, proposta de ampliação de áreas marinhas protegidas, de restauração de ecossistemas costeiros ou de ordenamento do espaço marinho, e o critério de ambição recebe nota zero nas três candidaturas.

O programa de Lula (PT), com 5 pontos, é o único a apresentar política pública efetiva no eixo, por meio do compromisso com a pesca artesanal e a aquicultura familiar, da implementação do Plano Nacional da Pesca Artesanal e da proteção dos territórios pesqueiros, somados à revitalização de bacias hidrográficas e ao investimento em esgotamento sanitário. Esse conteúdo é tensionado pela previsão de ampliação da exploração offshore de petróleo sem salvaguardas para ecossistemas e comunidades costeiras. Nos outros dois programas o tema reduz-se a referências pontuais, com 1 ponto cada: infraestrutura fluvial e saneamento no caso de Flávio Bolsonaro (PL), energia marítima e pesca sustentável ribeirinha no caso de Augusto Cury (Avante).

Há ainda um conjunto de exigências do Decálogo que não é atendido por nenhuma das três candidaturas, atravessando diferentes compromissos: a redução do uso de agrotóxicos (4); a repartição justa dos benefícios do acesso ao patrimônio genético e aos saberes tradicionais, bem como o combate à biopirataria e ao tráfico de animais (8); a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis (2 e 10); e o controle efetivo do uso da água por grandes usuários, com prioridade normativa ao consumo humano em situações de escassez (6). São medidas de natureza distributiva ou regulatória, que implicam restringir um uso já estabelecido, e é exatamente essa categoria que se mostra ausente de forma transversal nos três programas.

3.2.4. Compromissos com baixo alinhamento

As quatro classificações de baixo alinhamento concentram-se em dois compromissos (5 e 7) e em duas candidaturas, Flávio Bolsonaro (PL) e Augusto Cury (Avante). O caso mais extremo é o compromisso 5 (Defesa de Povos Indígenas, Quilombolas e Defensores do Território) no programa de Flávio Bolsonaro, única célula da matriz com pontuação zero em todos os seis critérios. O compromisso 7 (Proteção das Águas: Rios, Oceanos e Zonas Costeiras) reúne as outras duas ocorrências, com 1 ponto cada, e foi tratado no item 3.2.2.

No compromisso 5, povos indígenas e quilombolas são mencionados duas vezes no programa de Flávio Bolsonaro (PL), em ambas sob a mesma formulação: a concessão de autonomia para decidir sobre atividades produtivas em suas terras, com indenização de eventuais restrições ao usufruto e mecanismos de compensação. Ou seja, o território tradicional é tratado como ativo econômico a ser liberado para uso produtivo, e não como direito. Não há menção a demarcação, titulação ou processos pendentes; não há reconhecimento dessas populações como guardiãs climáticas; não há mecanismo de proteção a defensores ambientais nem referência ao Acordo de Escazú, à Convenção 169 ou a marcos constitucionais; e o tema não atravessa nenhum outro capítulo. Em sentido contrário, a proposta de eliminar superposições entre Ibama, Funai e ICMBio incide sobre o órgão indigenista sem contrapartida de fortalecimento.

No mesmo compromisso, o programa de Augusto Cury (Avante) soma 2 pontos. Os termos “indígena”, “indígenas” e “quilombola” não ocorrem uma única vez nas duzentas páginas do documento. Os dois pontos vêm do Programa Amazônia Viva, que reconhece ribeirinhos e extrativistas como beneficiários de política econômica, com microempresas de bioeconomia, capacitação técnica e crédito pelo Banco Empreendedor Amazônico. É uma política de inclusão produtiva descrita com algum detalhe e com um instrumento financeiro identificável, mas sem garantia de direitos territoriais, que é o núcleo do compromisso.

3.2.5. O que a pontuação por critério revela

A pontuação dos seis critérios permite identificar qual dimensão da qualidade das propostas é a mais frágil no conjunto dos programas analisados. Somando as trinta células, o critério de presença da proposta é o mais bem pontuado, com 45 dos 60 pontos possíveis. Em seguida, vem a transversalidade, com 35 pontos, consistência técnica e nível de detalhamento, com 32 cada, e viabilidade institucional, com 30.

O critério de ambição é o mais frágil: apenas 18 dos 60 pontos possíveis. Ele recebe nota zero em catorze das trinta células e nota máxima em apenas duas: os compromissos 2 (Energia Limpa e Renovável) de Augusto Cury (Avante) e o 9 (Cidades Resilientes e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos) no programa de Lula (PT). O achado é consistente com o padrão descrito no item anterior: os programas mencionam os temas, os articulam a outras áreas e por vezes os detalham, mas raramente propõem medidas com potencial transformador diante da crise climática. A agenda climática aparece como oportunidade econômica com muito mais frequência do que como mudança de trajetória.

A distribuição das notas por candidatura reforça a leitura. O programa de Lula (PT) recebe nota máxima em 43 dos 60 critérios avaliados e apresenta uma única nota zero em toda a matriz. O de Augusto Cury (Avante) reúne 20 notas zero e 9 notas máximas, sendo o programa que mais enuncia metas e menos apresenta instrumentos para alcançá-las. O de Flávio Bolsonaro (PL) tem 23 notas zero e apenas 4 notas máximas, sendo 3 delas no critério de presença, o que caracteriza um padrão de menção sem desenvolvimento.

Cabe registrar duas cautelas de leitura. A primeira é que os seis critérios têm peso igual, de modo que uma candidatura pode acumular pontos em presença e transversalidade sem apresentar ambição ou detalhamento, sendo o caso mais visível é o compromisso 6 (Segurança Hídrica), em que o programa de Flávio Bolsonaro (PL) alcança a faixa média com ambição e consistência técnica apenas parciais, por pontuar integralmente em presença e detalhamento graças à lista nominal de obras hídricas. Por isso, o farol deve ser lido junto da decomposição da pontuação, disponível na análise detalhada. A segunda cautela é a de que nota zero em um critério significa que o programa analisado não apresentou elementos suficientes naquele aspecto, e não necessariamente que a candidatura seja contrária ao tema. Os parâmetros de referência e a gradação qualitativa reproduzidos no Anexo 1 permanecem como referência de conteúdo para a leitura de cada compromisso, mas não são o mecanismo de atribuição do farol, que decorre da pontuação.

3.2.6. Termômetro de Alinhamento ao Brasil Resiliente

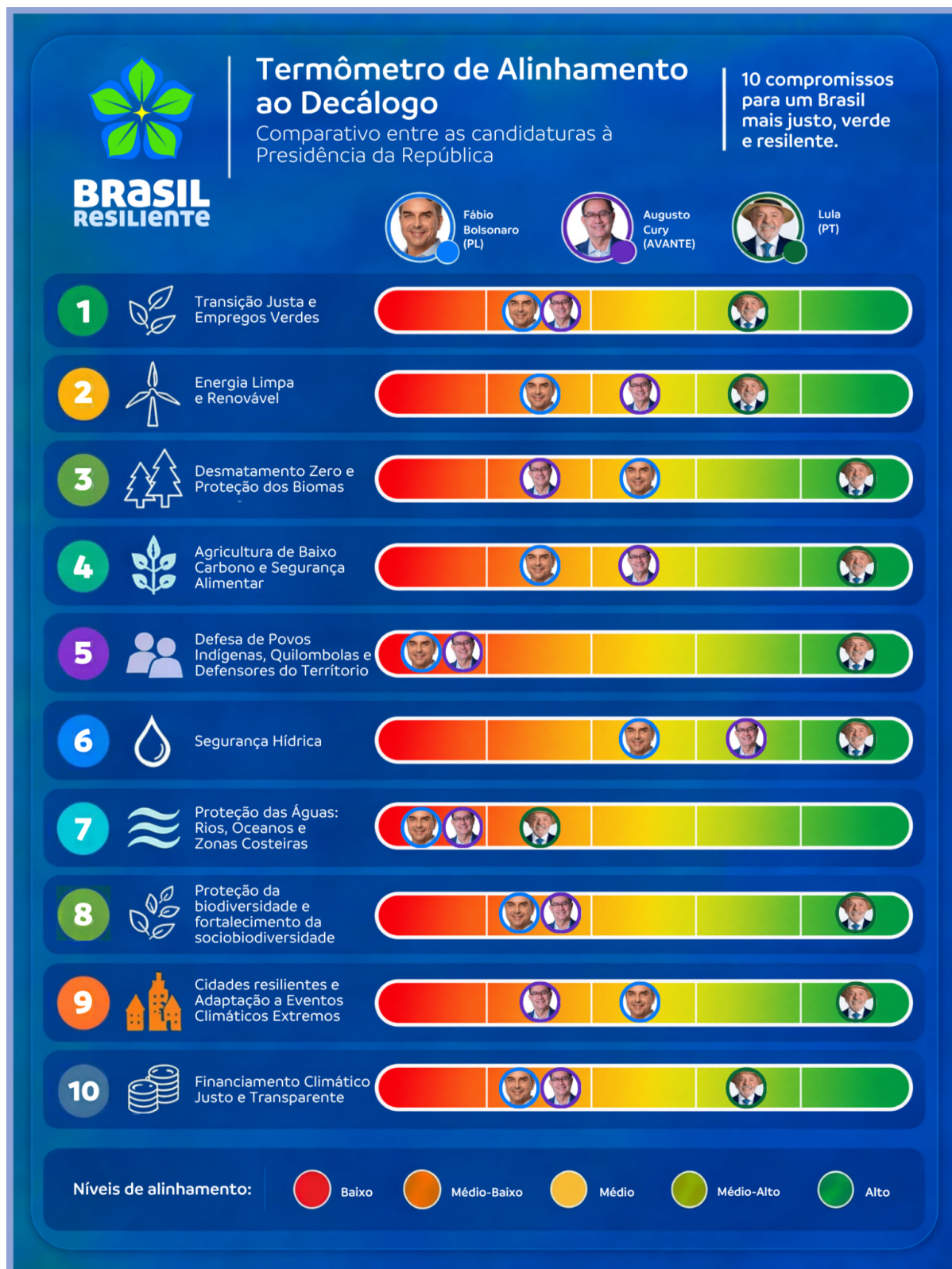
De maneira ilustrativa, construímos um **termômetro de alinhamento dos programas de governo dos três candidatos aos dez compromissos inegociáveis para um Brasil Resiliente, justo e sustentável** de maneira complementar à semaforização. Para cada um dos dez compromissos, os resultados da análise são posicionados em uma escala comparativa que representa os diferentes níveis de alinhamento definidos pela metodologia — do menor ao maior grau de correspondência com o compromisso. O objetivo é facilitar a leitura conjunta dos resultados e evidenciar, de forma visual, onde as propostas analisadas apresentam maior ou menor convergência com os compromissos do Decálogo. A ferramenta é inspirada em experiências de avaliação eleitoral, como o termômetro utilizado no México para comparar propostas presidenciais.

O termômetro apresenta **Lula (PT), Flávio Bolsonaro (PL) e Augusto Cury (Avante)** lado a lado nos dez compromissos, utilizando a mesma escala e a mesma legenda de cores. Cada marcador corresponde à classificação atribuída na etapa de semaforização, representando, de maneira visual, os resultados da análise. O TSE confirma que Lula e Flávio Bolsonaro tiveram seus registros de candidatura aprovados, enquanto o registro de Augusto Cury ainda estava em análise em 10 de setembro de 2026.



BRASIL
RESILIENTE

Figura 1 - Termômetro de alinhamento das candidaturas com os compromissos do Brasil Resiliente





**BRASIL
RESILIENTE**

Fontes:

Programas de governo dos candidatos:

- **Lula - Programa de Transformação do Brasil: Um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo.** Disponível em: <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/Programa-Governo-LULA-2026.pdf>. Acesso em: 14 set. 2026.
- **Flávio Bolsonaro - Para o Brasil vencer o atraso: Diretrizes do Plano de Governo 2027-2030.** Disponível em: <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/FLAVIO-BOLSONARO-PARA-O-BRASIL-VER-CER-O-ATRASSO-1-1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2026.
- **Augusto Cury - O Brasil dos Nossos Sonhos: Projeto de Estado para o Brasil.** Disponível em: https://static.poder360.com.br/uploads/2026/08/Plano_gov_Augusto_Cury_2026.pdf. Acesso em: 14 set. 2026.

Leituras complementares:

- **INSTITUTO TALANOA.** *A agenda climática nos planos de governo dos presidentes.* Política por Inteiro, 21 ago. 2026. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2026/08/21/a-agenda-climatica-nos-planos-de-governo-dos-presidenciais/>.
- **OBSERVATÓRIO DO CLIMA.** *Análise de planos de governo: eleições 2026.* set. 2026. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/09/Analise-de-Planos-de-Governo-Eleicoes-2026_f.pdf
- **OBSERVATÓRIO DO CLIMA.** *Propostas para a política ambiental brasileira.* jun. 2026. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/06/OC_Eleicoes2026_AgendaAmbiental_VersaoWeb.pdf

Anexo 1 - Parâmetros de avaliação considerados para semaforização

A avaliação metodológica proposta pela iniciativa **Brasil Resiliente** analisa os programas de governo a partir do cruzamento entre os **critérios técnicos de qualidade das propostas**, a **escala de semaforização em 5 níveis (faróis)** e os **parâmetros de referência** estabelecidos para cada um dos 10 compromissos do Decálogo. A atribuição de cada um dos 5 faróis considera 6 critérios técnicos aplicados de forma padronizada:

1. **Presença da proposta:** Menção explícita ou implícita do tema.
2. **Consistência técnica:** Coerência com evidências científicas e marcos legais.
3. **Nível de detalhamento:** Presença de metas, objetivos e instrumentos de implementação.
4. **Ambição:** Potencial transformador diante da crise climática.
5. **Transversalidade:** Integração do tema a outras áreas do programa.
6. **Viabilidade institucional:** Existência de governança, financiamento e monitoramento.

Com base nesses critérios, o alinhamento de cada proposta é enquadrado em uma das 5 categorias de farol:

- **Alto alinhamento:** Propostas consistentes, abrangentes, com metas claras, detalhamento técnico e forte aderência aos parâmetros do compromisso.
- **Médio-Alto:** Propostas relevantes e coerentes com o compromisso, mas que apresentam lacunas pontuais ou necessitam de maior detalhamento em alguns aspectos.
- **Médio:** O tema está presente no programa, porém abordado de forma parcial, genérica ou com baixa profundidade técnica.
- **Médio-Baixo:** Apresenta apenas referências superficiais ou indiretas ao tema, sem propostas suficientes para demonstrar alinhamento consistente.
- **Baixo alinhamento:** O compromisso não é abordado, ou as propostas apresentadas são insuficientes, omissas ou incompatíveis com os objetivos do Decálogo.

O **nível de referência ideal (parâmetro para Farol Verde ●)** é definido pelas exigências inegociáveis descritas no **Decálogo do Brasil Resiliente**. A escala de faróis mede a distância da proposta em relação a esse parâmetro:

1. Transição Justa e Empregos Verdes

- **Parâmetro de Referência (● Farol Verde):** Exige proteção social, requalificação profissional e participação de trabalhadores/comunidades dependentes do carbono na governança da transição, aliada à criação de empregos verdes em renováveis, bioeconomia e economia circular.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o ● **Alto:** Requalificação direcionada + governança participativa + fomento a empregos verdes.
 - o ● **Médio-Alto:** Foco em empregos verdes e requalificação, mas com mecanismos de participação social incompletos.
 - o ● **Médio:** Incentivo genérico a novos empregos na economia verde, sem diretrizes de proteção/requalificação para trabalhadores afetados.



- o  *Médio-Baixo*: Menções indiretas à qualificação profissional sem vínculo com a descarbonização.
- o  *Baixo*: Ausência de políticas para transição justa ou manutenção do modelo sem salvaguardas sociais.

2. Energia Limpa e Renovável

- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde)**: Exige redução progressiva de combustíveis fósseis, eliminação de subsídios ao setor, interrupção de novas fronteiras exploratórias, expansão de eólica/solar distribuída e transparência nos investimentos.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o  *Alto*: Metas de descontinuidade progressiva de fósseis, eliminação de subsídios e forte avanço renovável.
 - o  *Médio-Alto*: Expansão relevante de renováveis, mas sem metas claras de corte em investimentos fósseis.
 - o  *Médio*: Apoio a renováveis acompanhado do incentivo à expansão contínua de fósseis (pré-sal, gás, *fracking*, outros).
 - o  *Médio-Baixo*: Ações genéricas sobre eficiência energética ou tarifa, sem metas de matriz limpa.
 - o  *Baixo*: Priorização do incentivo a fósseis e subsídios ao setor poluente.

3. Desmatamento Zero e Proteção dos Biomas

- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde)**: Exige metas claras e verificáveis de desmatamento zero e restauração para todos os biomas (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga e Pampa), fortalecimento da fiscalização e combate ao garimpo e grilagem.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o  *Alto*: Meta explícita de desmatamento zero em todos os biomas até 2030, com restauração e combate ostensivo a ilícitos.
 - o  *Médio-Alto*: Foco no combate ao desmatamento ilegal com tecnologias de monitoramento, mas sem metas para o desmatamento autorizado/legal ou sem abranger todos os biomas.
 - o  *Médio*: Ações dispersas de fiscalização ambiental sem metas de redução quantificáveis.
 - o  *Médio-Baixo*: Citação genérica à proteção florestal, sem instrumentos de fiscalização.
 - o  *Baixo*: Inexistência de metas ou propostas que enfraqueçam os órgãos de controle e fiscalização.

4. Agricultura de Baixo Carbono e Segurança Alimentar

- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde)**: Exige fomento à agroecologia, redução do uso de agrotóxicos, transição de monoculturas para práticas sustentáveis (recuperação de pastagens, ILPF, sistemas agroflorestais) e articulação direta com a segurança alimentar.



- **Gradação dos Faróis:**

- o ● **Alto:** Estímulo à agroecologia + metas de redução de agrotóxicos + ILPF/recuperação de pastagens + combate à fome.
- o ●● **Médio-Alto:** Incentivo à agricultura de precisão, ILPF e recuperação de solos, mas sem diretrizes para redução de agrotóxicos ou agroecologia.
- o ● **Médio:** Apoio à produtividade agropecuária tradicional com menções genéricas à sustentabilidade.
- o ●● **Médio-Baixo:** Foco exclusivo no financiamento do agronegócio de exportação sem critérios de baixo carbono.
- o ● **Baixo:** Incentivo irrestrito ao uso de agrotóxicos e expansão sobre vegetação nativa.

5. Defesa de Povos Indígenas, Quilombolas e Defensores do Território

- **Parâmetro de Referência (● **Farol Verde**):** Exige a conclusão dos processos de demarcação territorial pendentes, o reconhecimento dessas populações como guardiãs climáticas e o fortalecimento da proteção aos defensores ambientais conforme o Acordo de Escazú.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o ● **Alto:** Compromisso com demarcações pendentes + desintrusão + proteção a defensores territoriais.
 - o ●● **Médio-Alto:** Ações de regularização e apoio social a ribeirinhos/comunidades, mas sem foco prioritário na conclusão de demarcações indígenas e quilombolas.
 - o ● **Médio:** Regularização fundiária genérica sem distinção para territórios tradicionais.
 - o ●● **Médio-Baixo:** Ações exclusivamente assistenciais sem garantia de direitos territoriais.
 - o ● **Baixo:** Oposição à demarcação de terras, revisão de processos concluídos ou incentivo a atividades extrativas não consentidas em seus territórios.

6. Segurança Hídrica

- **Parâmetro de Referência (● **Farol Verde**):** Exige gestão integrada de bacias e aquíferos, controle efetivo do uso da água por grandes usuários, prioridade ao consumo humano na escassez e acesso equitativo no semiárido e cidades.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o ● **Alto:** Gestão por bacias hidrográficas + prioridade ao consumo humano na escassez + controle de outorgas de grandes usuários.
 - o ●● **Médio-Alto:** Investimentos significativos em obras de infraestrutura hídrica (transposição, irrigação, saneamento) sem detalhamento do controle sobre grandes usuários.
 - o ● **Médio:** Propostas focadas unicamente na ampliação de redes tradicionais de saneamento ou obras pontuais de abastecimento.
 - o ●● **Médio-Baixo:** Menções genéricas ao combate à seca sem planos de gestão.



- o  **Baixo:** Omissão sobre a crise hídrica ou estímulo ao uso desregrado por setores intensivos em água.

7. Proteção das Águas: Rios, Oceanos e Zonas Costeiras

- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde):** Exige conservação marinha e fluvial, criação de áreas protegidas costeiras, restauração de manguezais e recifes, e garantia dos meios de vida da pesca artesanal perante o extrativismo offshore.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o  **Alto:** Proteção de ecossistemas costeiros (manguezais/recifes) + ordenamento marinho + apoio à pesca artesanal diante de impactos offshore.
 - o  **Médio-Alto:** Programas de despoluição de rios e saneamento de zonas costeiras + ordenamento da pesca.
 - o  **Médio:** Foco em uso econômico de hidrovias ou portos com salvaguardas ambientais genéricas.
 - o  **Médio-Baixo:** Referências pontuais a recursos hídricos sem abordagem marinha/costeira.
 - o  **Baixo:** Incentivo ao extrativismo marinho/offshore sem salvaguardas aos ecossistemas e populações pesqueiras.

8. Proteção da Biodiversidade e Fortalecimento da Sociobiodiversidade

- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde):** Exige expansão e fortalecimento de Unidades de Conservação, fomento à economia da sociobiodiversidade de povos tradicionais, combate à biopirataria/tráfico de animais e repartição justa dos benefícios do patrimônio genético.
- **Gradação dos Faróis:**
 - o  **Alto:** Criação de novas Unidades de Conservação + linhas de crédito para sociobiodiversidade + proteção do patrimônio genético.
 - o  **Médio-Alto:** Incentivo à bioeconomia e implementação de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para preservação em propriedades privadas.
 - o  **Médio:** Apoio a pesquisas de biotecnologia ou mercado de carbono privado sem apoio estruturado a comunidades tradicionais.
 - o  **Médio-Baixo:** Menções vagas à fauna e flora brasileiras.
 - o  **Baixo:** Propostas de redução de Unidades de Conservação ou flexibilização da proteção de espécies ameaçadas.

9. Cidades Resilientes e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos

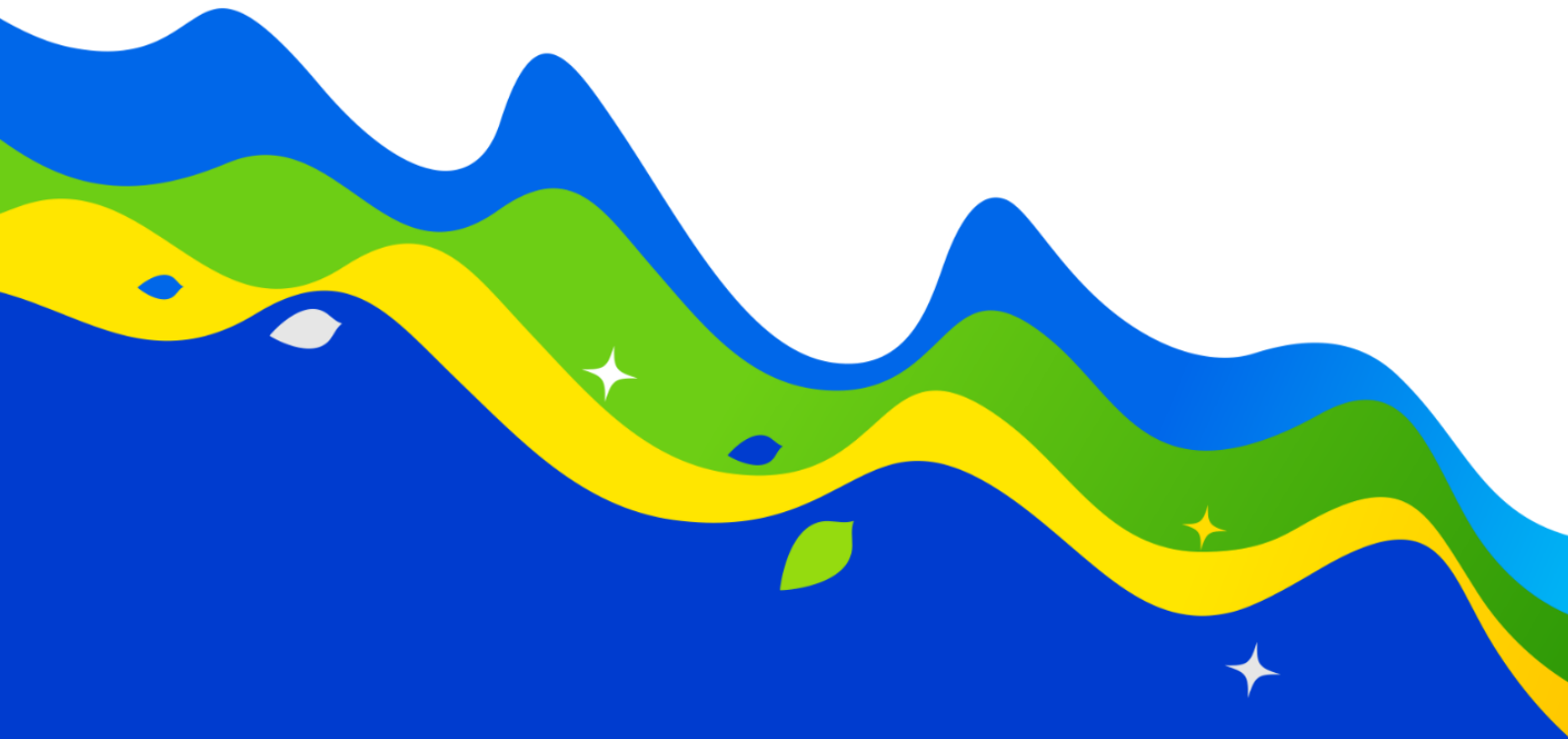
- **Parâmetro de Referência ( Farol Verde):** Exige transformação da mobilidade urbana, infraestrutura de drenagem e contenção de riscos, habitação segura, fortalecimento da Defesa Civil, sistemas de alerta precoce, soluções baseadas na natureza e combate ao racismo ambiental.
- **Gradação dos Faróis:**



- o ● *Alto*: Plano Nacional de Adaptação estruturado + alertas precoces + contenção de riscos + foco nas populações periféricas/vulneráveis (justiça climática).
- o ●● *Médio-Alto*: Obras tradicionais de drenagem, contenção de encostas e fortalecimento da Defesa Civil, mas sem incorporar soluções baseadas na natureza ou planos de adaptação climática sistêmica.
- o ●● *Médio*: Programas habitacionais e de saneamento sem integração com mapas de risco e emergências climáticas.
- o ●● *Médio-Baixo*: Ações reativas a desastres após sua ocorrência, sem planejamento preventivo.
- o ●● *Baixo*: Ausência de políticas para prevenção de riscos climáticos urbanos.

10. Financiamento Climático Justo e Transparente

- **Parâmetro de Referência (● Farol Verde)**: Exige alinhamento de orçamentos, tributos e bancos públicos aos objetivos climáticos, financiamento acessível aos territórios vulneráveis, equilíbrio entre mitigação e adaptação, redução progressiva de subsídios poluentes e rastreabilidade dos gastos públicos.
- **Gradação dos Faróis**:
 - o ●● *Alto*: Marcadores climáticos no orçamento público (PPA) + taxonomia sustentável + equilíbrio mitigação/adaptação + eliminação de subsídios a fósseis/carbono.
 - o ●●● *Médio-Alto*: Regulamentação do mercado de carbono e atração de fundos internacionais de transição energética, mas sem revisão dos subsídios estatais a setores poluentes.
 - o ●● *Médio*: Fomento a créditos privados ou agrícolas sem critérios de sustentabilidade vinculados.
 - o ●● *Médio-Baixo*: Citação a investimentos em infraestrutura sem transparência climática.
 - o ●● *Baixo*: Manutenção ou ampliação de subsídios públicos a atividades intensivas em emissões e degradação ambiental.



BRASIL
Resiliente